

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 7

PORTAL UOL - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Orçamento 2024: Governo prevê R\$ 1,8 bi de receita extra com combate à sonegação em e-commerce 3

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Derrota e vitória de Haddad no Congresso, compras internacionais taxadas e o que importa no mercado 4

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
ECONOMIA

Na véspera do envio do Orçamento, governo divulga déficit de R\$ 35,9 bi 6

O POPULAR - GO - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Incentivos fiscais e desigualdades (Artigo) 7

O POPULAR - GO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Relatora mantém municípios no PL da desoneração da folha 8

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad está correto sobre a meta fiscal (Artigo) 9

O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO
POLÍTICA

Analistas de risco veem com ceticismo promessa de déficit zero em 24, feita por Haddad - COLUNA DO ESTADÃO 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Governo anuncia metas de médio prazo com foco em clima e questões sociais 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Trusts terão regulamentação pela primeira vez no País 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fazenda inclui regras de correção cambial na tributação de offshores 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Déficit de R\$ 35,9 bi em julho é o 2º pior em 26 anos 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senado aprova "voto de qualidade" no Carf; regra pode arrecadar R\$ 54 bi 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Desoneração da folha passa na Câmara com benefício a prefeituras 20

Quinta-Feira, 31 de Agosto de 2023

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A taxaço dos super-ricos - CELSO MING 21

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Manifesto defende reforma administrativa 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Déficit é 2º maior para julho em 26 anos 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desafio para atingir arrecadação prevista é maior que se esperava 25

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Brasil cria 142 mil empregos com carteira em julho 26

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Orçamento terá R\$ 168 bilhões em receitas extras 27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Desoneração aprovada 29

Orçamento 2024: Governo prevê R\$ 1,8 bi de receita extra com combate à sonegação em e-commerce

Brasília 31/08/2023 07h36

O plano da **Receita Federal** para combater a sonegação em compras em sites internacionais, como nas plataformas Shein, Shopee e Aliexpress, será contabilizado no Orçamento de 2024, como parte do esforço arrecadatário do governo para zerar o déficit público no ano que vem. O Estadão/Broadcast apurou que haverá uma previsão de receitas extras com essa medida da ordem de R\$ 1,8 bilhão. A peça orçamentária será enviada nesta quinta-feira (31) à tarde ao Congresso Nacional.

A equipe econômica tem o desafio de elevar a arrecadação em R\$ 168 bilhões no próximo ano para conseguir equilibrar receitas e despesas - meta vista com ceticismo dentro do Congresso Nacional e por parte do mercado financeiro. Interlocutores do Ministério da Fazenda reconhecem que a tarefa não é simples, mas acreditam que seja factível.

Um dos pontos que serão destacados pelas autoridades nesta quinta-feira, para tentar diminuir o grau de desconfiança, é de que os números são conservadores e feitos por técnicos com larga experiência em contas públicas.

Para tentar viabilizar a meta do déficit zero, Fazenda e Planejamento contam com medidas que se dividem em três eixos: recuperação da base fiscal (mudanças no tribunal da **Receita Federal**, o **Carf**, e regulamentação da decisão do STJ sobre benefícios fiscais); isonomia tributária (taxação dos fundos dos "super-ricos" e fim dos Juros sobre Capital Próprio); e nova relação do Fisco com o contribuinte (negociações tributárias com grandes devedores). Além disso, correndo por fora, há a tributação das apostas esportivas e o combate à sonegação no e-commerce.

Fontes da equipe econômica alegam que, caso haja frustração na receita dessas medidas, há outras cartas na manga, como o projeto que permite a repatriação de ativos, em discussão no Congresso; e a mudança nos chamados "preços de transferência", que eliminou brechas utilizadas por grandes empresas para recolher menos **tributos** nas operações de exportação.

Varejistas internacionais

Batizado de Remessa Conforme, o programa dá isenção de Imposto de Importação nas compras até US\$ 50 para as varejistas que cobrarem os **tributos** de forma antecipada, no momento em que o produto é adquirido. Hoje, essa cobrança só ocorre quando a mercadoria chega ao País.

O benefício não se estende ao ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), que é estadual e passou a ter alíquota padrão de 17% nessas operações.

Na semana passada, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, afirmou que a ilegalidade no comércio eletrônico internacional é "grande" e que o Fisco está tomando medidas "firmes" para trazer essas empresas para a chamada conformidade, ou seja, se enquadrarem na legislação brasileira.

"Estamos chegando a 30% de declarações realizadas (do total de encomendas que chegam ao País). Antes eram apenas 2% ou 3%. E devemos chegar ao final do ano com 100% dos itens declarados", afirmou o secretário, na ocasião. O aumento da fiscalização no e-commerce é um pleito antigo das varejistas nacionais, que apoiam o plano, mas tem duras críticas à isenção de **impostos** federais, a qual pode ser revista.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/08/31/orcamento-2024-governo-preve-r-18-bi-de-receita-extra-com-combate-a-sonegacao-em-e-commerce.htm>

Derrota e vitória de Haddad no Congresso, compras internacionais taxadas e o que importa no mercado

Artur Búrigo

Esta é a edição da newsletter FolhaMercado desta quinta-feira (31). Quer recebê-la de segunda a sexta, às 7h, no seu email? Inscreva-se abaixo:

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sofreu uma derrota e teve uma vitória em duas votações no Congresso nesta quarta.

Na Câmara, os deputados aprovaram a prorrogação até 2027 da desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia. Como foi alterado, o texto agora retorna ao Senado.

No Senado, o projeto de lei que restabelece o voto de desempate no **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)** foi aprovado e agora vai à sanção presidencial.

Por que importa: a equipe econômica precisa elevar a arrecadação para alcançar a meta fiscal de 2024, que prevê déficit zero. A proposta de Orçamento de 2024 será enviada com uma previsão de R\$ 168 bilhões em receitas extras -entre elas, a redução de litígios no **Carf**.

Consumidores que fizeram compras internacionais neste mês têm relatado que a **Receita Federal** cobrou o imposto de importação mesmo para produtos abaixo de US\$ 50, que são isentos para as empresas que participam do programa Remessa Conforme.

O que explica: o programa ainda não emitiu os certificados para todas as companhias que manifestaram interesse na adesão, processo que está em andamento, diz a Receita.

O AliExpress disse nesta quarta que protocolou o pedido para adesão ao Remessa Conforme, mas a habilitação ao programa só acontece após publicação no Diário Oficial da União.

Entenda: o Remessa Conforme foi lançado em 1º de agosto pelo governo para regulamentar as compras de brasileiros no exterior.

Ele prevê que as encomendas de até US\$ 50 feitas em empresas que aderiram ao programa estarão isentas do imposto de importação (que tem alíquota de 60%), mas serão tributadas em 17% de ICMS, o imposto estadual sobre bens e serviços.

O imposto será recolhido pelas plataformas no momento da compra. Calculadora da Folha mostra o preço final em compras abaixo e acima de US\$ 50 feitas em empresas participantes do programa.

O que fazer se o produto foi tributado pela Receita:

O Departamento de Justiça dos EUA e a SEC (CVM americana) estão investigando o uso de dinheiro da Tesla para a construção de uma suposta casa para o seu CEO, Elon Musk, segundo reportagem do jornal Wall Street Journal.

O que diz o jornal: as autoridades solicitaram informações sobre benefícios pessoais pagos a Musk, quanto a Tesla gastou no projeto -que previa a construção de uma estrutura de vidro espaçosa em Austin, no Texas, perto da sede da montadora -e para que ele era destinado.

A investigação acontece após reportagem do Wall Street Journal de julho ter apontado que membros do conselho de administração da montadora haviam investigado se recursos da empresa foram usados de forma indevida no "Projeto 42", como ele era conhecido internamente.

Eles apuraram denúncias de funcionários de que a empresa planejava usar milhões de dólares em vidro especializado para a estrutura.

O jornal afirma que não foi possível saber o status do projeto e se o vidro foi de fato entregue à Tesla. Procurada pelo WSJ, a Tesla e as autoridades não quiseram comentar.

Por que é um problema: as regras da SEC determinam que empresas listadas divulguem transações acima de US\$120.000 em que uma parte relacionada, como um executivo, esteja envolvida. Ela também deve dizer quando concede benefícios acima de US\$ 10 mil a

seus diretores.

Tem mais: as autoridades também pediram informações sobre a autonomia das baterias da Tesla. Em julho, reportagem da Reuters mostrou que a montadora havia superestimado em anúncios a capacidade de alcance de seus veículos com apenas uma carga de bateria.

Um drone pilotado por IA (inteligência artificial) superou os humanos pela primeira vez em uma corrida envolvendo essas aeronaves, na Suíça . Os resultados foram publicados na revista Nature nesta quarta (30).

Entenda: os pesquisadores convidaram três campeões de corridas de drones para uma disputa em um circuito de 75 metros.

Resultado: o robô ganhou a maioria das corridas contra cada um dos pilotos humanos e completou a volta mais rápida do circuito.

As vantagens dos robôs.

.E as dos humanos:

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/derrota-e-vitoria-de-haddad-no-congresso-compras-internacionais-taxadas-e-o-que-importa-no-mercado.shtml>

Na véspera do envio do Orçamento, governo divulga déficit de R\$ 35,9 bi

Estevão Taiar e Lu Aiko Otta

Num momento de dúvidas sobre o cumprimento das metas definidas no arcabouço fiscal, o governo federal anunciou que julho teve o 2o maior déficit primário para o mês desde 1997. O resultado foi negativo em R\$ 35,9 bilhões, com a receita líquida em queda de 5,3% e despesas em alta de 31,3%, nos dois casos já descontada a **inflação**. Apenas em julho de 2020, 1o ano da pandemia, o déficit primário (que exclui gastos com juros) foi maior, alcançando R\$ 109,6 bilhões. A divulgação do déficit e a espera do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024, que será enviado hoje, fizeram o Ibovespa cair.

No acumulado dos sete meses deste ano, o governo registrou déficit primário de R\$ 78,2 bilhões. Em 12 meses, o resultado primário ficou negativo em R\$ 97 bilhões, 0,95% do **PIB**. Nesse período, as receitas também caíram e as despesas aumentaram.

As maiores quedas na arrecadação, segundo o Tesouro, ocorreram por não haver os "efeitos não recorrentes" de 2022, como a capitalização da Eletrobras, o volume de dividendos da Petrobras e os lucros de empresas de commodities, sobre tudo do setor de petróleo. Os gastos subiram por causa do calendário de pagamento de precatórios, também de acordo com o Tesouro.

O buraco nas contas públicas está relacionado, em grande parte, com a alta das despesas autorizada pela PEC da Transição.

Com a medida, o governo pôde gastar R\$ 168,9 bilhões a mais em 2023.

O governo informou ser de R\$ 168 bilhões o tamanho do pacote tributário que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deverá encaminhar hoje ao Congresso, com o PLOA de 2024. Ficou maior do que vinha sendo ventilado até agora, algo como R\$ 130 bilhões.

A expectativa do Tesouro é que o déficit primário fique em 1% do **PIB** em 2023. Pelo arcabouço, a meta é de rombo de 0,5%. Em 2024, o foco é déficit zero, o que depende de elevação expressiva na arrecadação.

Analistas temem aumento de gastos e crescimento

menor da receita, e estimam buraco de 0,8% do **PIB**.
Páginas A6, A8 e C2

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187647>

Incentivos fiscais e desigualdades (Artigo)

Ivone Maria da Silva

Ivone Maria da Silva

A proposta de emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019, finalmente, chegou ao Senado, depois de aprovada pela Câmara dos Deputados, mas o que prenuncia não é nada agradável à imensa maioria da população, já que a alíquota do imposto sobre o valor agregado (IVA) que cria deve variar de 20,03% a 30,7%, segundo relatório publicado pela Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao próprio Senado. Se aprovada, essa será uma das maiores taxas aplicadas sobre o consumo em todo o mundo. Portanto, o que isso deixa entrever é que o Brasil continuará a ser vítima de um sistema tributário injusto que não levará em conta princípios como equidade e eficiência, continuando a funcionar como um algoz para as populações mais carentes.

Depois de intensas negociações dos parlamentares com o governo federal e outros setores, se se pode fazer algum elogio a esse projeto é que abre caminho para a análise do custo-benefício dos incentivos fiscais. Mas, ao mesmo tempo, essa **reforma tributária** estabelece mecanismos de avaliação e revisão desses incentivos concedidos a pessoas jurídicas, o que indica que, por trás disso, há uma indisfarçável intenção de reduzi-los ou cortá-los em troca do aumento da receita, abatendo assim a renúncia fiscal da União, hoje avaliada em torno de R\$ 600 bilhões.

É possível que haja algumas concessões ou benefícios concedidos pelo governo que não se justificam, mas, de um modo geral, os incentivos fiscais não devem ser vistos apenas como renúncia à arrecadação de **tributos**. Ou seja, ao conceder incentivos fiscais, o governo federal ou os governos estaduais acabam por atrair investimentos privados para regiões carentes, diminuindo assim as desigualdades regionais.

É de se lembrar que a PEC 45/2019, a princípio, não cria ou extingue benefícios de imediato, mas estabelece a necessidade de avaliação periódica dessas políticas e define o prazo de vigência não superior a cinco anos, sendo permitida a renovação. O prazo só poderá ser superior a cinco anos na hipótese de benefícios associados a investimentos de longo prazo, nos termos estabelecidos em regulamento a ser criado pelo governo federal.

O que não se justifica é a tentativa de proibir os governos estaduais de concederem incentivos fiscais, impedindo-os de utilizarem o tributo como instrumento de política setorial. Que esse é um direito inalienável e fundamental dos governos estaduais ficou claro à época da pandemia de coronavírus, quando houve necessidade de se reduzir tributo para equipamentos médicos e vacinas.

Mais: os incentivos fiscais são indispensáveis para que os investimentos privados continuem a promover o desenvolvimento, com o aumento de ofertas de trabalho. Com isso, os recursos que a União deixará de arrecadar num primeiro momento retornarão mais adiante com a ampliação do mercado. Em outras palavras: reduzir incentivos fiscais será o primeiro passo para condenar o País ao subdesenvolvimento.

Site: <https://opopular.com.br/digital/31-agosto-2023/10-caderno>

Relatora mantém municípios no PL da desoneração da folha

A relatora do projeto de lei que prorroga até 2027 a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia, deputada Any Ortiz (Cidadania-RS), afirmou nesta quarta-feira (30) que incluiu em seu texto a medida que amplia para todo o país a redução da contribuição previdenciária paga por municípios sobre o salário de servidores.

O texto do projeto de lei que prorroga até 2027 a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia foi aprovado pela Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (30).

O texto representa uma derrota dupla para o ministro Fernando Haddad (Fazenda), que é contrário tanto ao teor principal da proposta como ao benefício para municípios incluído pelos parlamentares. Ambos reduzem as receitas federais.

O próprio Haddad já havia se posicionado publicamente contra a proposta da desoneração da folha como um todo, dizendo que ela viola dispositivos da Constituição.

A medida permite que os setores desonerados paguem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários para a Previdência Social e outras contribuições.

O projeto recebeu 430 votos favoráveis e 17 contrários. Na noite anterior, a Câmara já havia aprovado a urgência da matéria por ampla margem - 390 votos, mais do que o suficiente para aprovar uma PEC (proposta de emenda à Constituição, que exige 308 votos). Somente 15 parlamentares votaram contra a urgência.

Como a proposta foi alterada pelos deputados, o texto re torna para o Senado. Os senadores irão se debruçar somente pelas mudanças feitas pela Casa vizinha.

A proposta de ampliar o benefício aos municípios foi apresentada em emenda pelo líder do União Brasil na Câmara. Elmar Nascimento (BA), e foi acatada na íntegra no parecer da relatora, segundo ela afirmou a jornalistas.

"Nós recebemos a emenda do líder Elmar, recebemos dentro do relatório, incluindo todos os

municípios do país em cinco categorias de alíquotas", afirmou Any Ortiz.

REDUÇÃO

A emenda, que consta originalmente em projeto de lei de autoria do senador Jaques Wagner (PT-BA), estabelece cinco alíquotas que crescem gradativamente conforme o tamanho do **PIB** (Produto Interno Bruto) per capita do município.

Haverá uma alíquota de 8% para aqueles com o indicador mais baixo e de 10,5%, 13%, 15,5% e 18% quanto maior o índice. Como a alíquota máxima prevista na proposta de Elmar é de 18%, patamar abaixo dos atuais 20%, isso significa que todos os municípios serão beneficiados.

A questão dos municípios foi incluída no PL da desoneração por senadores, que determinaram a redução dos atuais 20% para 8% na contribuição feita ao **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) por municípios com até 142,6 mil habitantes.

O Ministério da Fazenda, que calculava um impacto de R\$ 9 bilhões para os cofres federais com a medida voltada aos municípios nascida no Senado, ainda não sabe dizer qual o impacto da ampliação feita pela Câmara.

Já a CNM (Confederação Nacional dos Municípios) estima que as gestões locais deixarão de pagar R\$ 7,2 bilhões por ano com a medida.

Any Ortiz também incluiu de última hora um artigo no texto que permite que empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros tenham uma redução da alíquota da contribuição sobre a receita bruta de 2% para 1% até o fim de dezembro de 2027. O líder do governo na Câmara. José Guimarães (PT-CE), afirmou que essa alteração não foi acordada com os demais parlamentares. (Folhapress)

Any Ortiz (Cidadania-RS): desoneração por todos os municípios

Site: <https://opopular.com.br/digital/31-agosto-2023/1o-caderno>

Haddad está correto sobre a meta fiscal (Artigo)

Felipe Salto

Felipe Salto - ECONOMISTA-CHEFE DA WARREN RENA, FOI SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DE SÃO PAULO

Interrompo a sequência de artigos sobre a **reforma tributária** para retornar na próxima quinzena.

É hora de falar da meta fiscal de 2024. A confusão iniciada no Congresso em torno desse tema é preocupante e deve ser neutralizada. O ministro Fernando Haddad está correto em reafirmar o compromisso de zerar o déficit público no ano que vem. No arcabouço fiscal, o rompimento da meta de resultado primário (receitas menos despesas sem contar os juros da dívida pública) é parte da regra do jogo. Há sanções previstas.

Desde 1999, o Brasil adota um sistema de metas anuais para o déficit ou superávit primário.

Ficou conhecida como a terceira perna do chamado tripé macroeconômico, à época: taxa de câmbio flutuante, metas à **inflação** e responsabilidade fiscal. Resultado: uma década de controle da dívida pública.

Em 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal formalizou o procedimento, ao prever a fixação de metas anuais na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO.

Naquela lógica, para ter claro, descumprir a meta anual seria crime de responsabilidade, já que não havia sanção explícita ou qualquer tipo de gatilho ou de plano B no regramento vigente. Vale dizer, em todas as ocasiões em que o risco de descumprimento se mostrou elevado, os diferentes governos mandaram propostas de alteração da LDO para o Congresso, modificando a meta original.

Em outros casos, lançou-se mão de expedientes criativos, sobre os quais já escrevia neste jornal em 30 de novembro de 2009, em parceria com o ex-ministro Máilson da Nóbrega.

O teto de gastos, por sua vez, inserido na Constituição em 2016, também funcionava assim. Fosse maculada, essa regra constitucional, mais forte do que a meta de resultado primário, resultaria em crime de responsabilidade. Essa rigidez acabou desembocando

numa porção de emendas à Constituição, de modo a contornar a regra que, como se vê, fora mal desenhada.

Na lógica do novo arcabouço fiscal, já aprovado pelo Congresso Nacional, tem-se uma mescla das regras anteriores.

Por isso, elogiei desde o início: boa inovação. A saber, o arcabouço tem dois pilares: um limite para os gastos, corrigido por 70% da variação passada da receita; e uma regra de resultado primário, com metas anuais fixadas na LDO.

A diferença em relação ao regime anterior (meta de primário e teto de gastos) é que, sob o arcabouço, o rompimento da meta de primário dispara duas sanções automáticas: 1) a redução do fator de 70% para 50%, dois anos à frente, restringindo a taxa de crescimento das despesas primárias; e 2) a aplicação de gatilhos para conter o aumento do gasto, conforme artigo 167-A da Constituição federal, já no ano seguinte ao da não observância da meta.

Criou-se, portanto, um cordão umbilical entre os dois eixos.

Essa flexibilidade é desejável, a priori, de acordo com a própria literatura acadêmica disponível a esse respeito. Contudo, cabe explicar que a meta de resultado primário não pode ser simplesmente descumprida.

Nada disso. Primeiro, o governo só está autorizado a usar dessa prerrogativa quando comprovar ter promovido todo o corte de gastos (contingenciamento) possível. Segundo, o rompimento, como expliquei, conduz à maior limitação do gasto à frente. É uma nova lógica a ser testada, essência do arcabouço. O mecanismo é arguto, pois evita fórmulas draconianas e impraticáveis, capazes apenas de animar os mercados por algum (pouco) tempo.

Vamo-nos entender, o balão de ensaio sobre a mudança na meta fiscal não tem outro objetivo senão aumentar as possibilidades para gastar além do necessário e do possível.

O tema surgiu de modo atabalhado e, pior, no seio da discussão das diretrizes orçamentárias pelo

Congresso. Como jabuti não sobe em árvore, é evidente que a meta dos incautos é, na verdade, estimular as forças gastadoras de sempre a avançarem sobre o governo, para que abandone seu recém-nascido programa fiscal.

Não há qualquer sentido em mudar a meta de 2024, sobretudo neste momento, se o próprio arcabouço já contempla a hipótese do não cumprimento.

Não atingir a meta fiscal, como bem disse o secretário de Política Econômica Guilherme Mello, não significa romper com o arcabouço. Se as medidas de aumento de receitas pretendidas pelo governo não prosperarem, por inépcia do Congresso (é bom que se diga), é muito provável que o déficit primário estoure a banda de 0,25% do **PIB** (a meta é igual a zero, mas há um limite inferior dessa magnitude) e, neste caso, as sanções do arcabouço terão de ser ativadas.

Nossa projeção, na Warren Rena, aliás, é de um déficit de 0,9% do **PIB** para 2024. E daí?

Cumpra-se a regra. Mudar não passa de uma arapuca engendrada pelos gastões.

Afinal, qual seria a razão para jogar a toalha agora? O risco de romper a meta? Ora, mas romper a meta equivaleria a endurecer a política fiscal, dentro dos parâmetros do arcabouço, cumprindo-o de cabo a rabo.

É uma falácia, portanto, cujo objetivo é turbinar as veleidades expansionistas.

Os defensores da mudança da meta de resultado primário querem mergulhar fundo na lassidão fiscal. É preciso zelar pelo recém-nascido arcabouço e fulminar essa esparrela tosca sobre a meta de 2024.

Haddad e sua equipe estão corretos.

Todo meu apoio a eles.

Os defensores da mudança da meta de resultado primário querem mergulhar fundo na lassidão fiscal

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Analistas de risco veem com ceticismo promessa de déficit zero em 24, feita por Haddad - COLUNA DO ESTADÃO

ROSEANN KENNEDY COM EDUARDO GAYER E AUGU

O governo entrega hoje ao Congresso o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) com a promessa de déficit primário zero em 2024. Mas os analistas de risco estão céticos. Levantamento feito pelo InfoMoney e obtido com exclusividade pela Coluna mostra que 54% consideram muito baixas ou baixas as chances de o governo cumprir a meta, enquanto 45% consideram moderadas. "O governo dificilmente conseguirá se não começar a promover cortes de gastos. O foco tem sido apenas no aumento de receitas, que não tem se mostrado suficiente, e depende do crescimento econômico", diz um dos analistas. Os entrevistados participam da consulta na condição de anonimato. São ouvidas consultorias nacionais, internacionais e independentes.

I MUITO RICOS. Os analistas duvidam da capacidade de o governo Lula aprovar a tributação dos fundos exclusivos. Para 70%, as chances são baixas, muito baixas ou moderadas. Já no caso das offshores, o quadro muda um pouco: 80% acham moderada.

I PIADISTA. O deputado Mendonça Filho (União-PE) ironizou a nova derrota do governo na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que ontem rejeitou retirar de pauta a PEC do BNDES.

Após o Planalto perder a batalha por 39 votos a 20, o deputado brincou: "Dois votos a mais.

Se arrumar mais uns três ministérios, chega perto". Na terça-feira, a base de Lula reuniu só 18 votos e também não conseguiu frear o avanço do texto.

I CONTEXTO. A PEC do BNDES obriga o governo a pedir autorização ao Congresso para o banco de fomento, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil oferecerem empréstimos a outros países.

I PROTESTO. A indicação da ex-deputada federal Margarete Coelho (PP) para a presidência da Caixa ainda nem foi formalizada por Lula e já é criticada nos corredores da instituição. Insatisfeitos com a escolha, funcionários de carreira do banco iniciaram uma espécie de campanha contrária, mostrando que ela

não teria experiência para o cargo.

I OBSTÁCULO. Esses servidores alegam que indicar Margarete fere a Lei das Estatais porque ela supostamente não cumpre tempo de serviço necessário na área.

I PRESSÃO. Na iminência da **reforma ministerial**, o PCdoB age para manter Luciana Santos na pasta de Ciência e Tecnologia, que pode abrigar o ministro Márcio França (Portos e Aeroportos, PSB). A bancada comunista defende junto ao governo que o foco da reforma precisa estar no PSB, que tem 15 deputados e 3 ministérios, enquanto o PCdoB tem 7 deputados e só 1 pasta.

I BOLO. Os sócios da 123Milhas faltaram de novo a depoimento à CPI das Pirâmides Financeiras.

Ramiro Madureira e Augusto Madureira avisaram ao presidente da comissão, deputado Áureo Ribeiro (Solidariedade), que não poderiam comparecer porque estavam em agenda com o ministro do Turismo, Celso Sabino.

I NA MARRA. Áureo chegou a pedir condução coercitiva dos sócios da 123Milhas, como antecipou a Coluna, mas a reunião foi encerrada antes que a Justiça pudesse responder. Hoje, o colegiado vai expedir novo pedido para depoimento em 6 de setembro.

PRONTO, FALE!!

Lindbergh Farias Deputado federal (PT-RJ)

"Do ponto de vista das contas, a prorrogação da desoneração da folha é explosiva. Decreta que Haddad não tem chance de atingir a meta de déficit fiscal zero."

CLICK

Alexandre de Moraes Presidente do TSE

Recebeu representantes do grupo de trabalho da minirreforma eleitoral da Câmara, que discute uma

série de mudanças para as eleições municipais de 2024.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo anuncia metas de médio prazo com foco em clima e questões sociais

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

O enfrentamento da emergência climática ganhou a votação que o governo promoveu entre representantes da sociedade civil para a definição das prioridades de políticas públicas incluídas no novo Plano Plurianual (PPA), para o período de 2023 a 2027. O projeto de lei foi assinado ontem pelo presidente Luiz Inácio da Silva, e enviado ao Congresso Nacional, após receber propostas recolhidas em plenárias em todas as capitais, com a participação de 309 movimentos e organizações da sociedade civil, que apresentaram suas demandas e defenderam propostas.

Os programas mais votados foram incluídos no PPA e serão acompanhados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, responsável pela coordenação do plano. Na lista de prioridades, também estão a atenção primária à saúde, gastos com educação e o enfrentamento da pobreza.

Previsto na Constituição, mas esvaziado ao longo da última década, inclusive por ação dos próprios senadores e deputados, o PPA estabelece diretrizes e metas a serem seguidas pelo governo federal. É como se fosse um guia com metas a serem atingidas até 2027.

GOVERNANÇA. Para a diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), Vilma Pinto, a reformulação do PPA sobre novas bases é um passo importante para melhorar a governança fiscal no País, mas precisa vir acompanhada de outras medidas. "Reforça a governança fiscal, mas o PPA sozinho ainda não é suficiente.

Existem avanços importantes que precisam ser feitos e sinalizados", diz Vilma.

A especialista em contas públicas alerta que o PPA "repaginado" não elimina a necessidade de o governo implementar no processo orçamentário o chamado quadro de despesas de médio prazo. Esse quadro, que faz parte da reforma do Orçamento, parte da construção de um cenário fiscal acompanhado da definição de metas plurianuais para a dívida pública.

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA. O novo PPA tem 88 programas, que juntos somam R\$ 13,3 trilhões.

O projeto, que precisa ainda ser aprovado pelo Congresso até o final do ano, junto com o Orçamento de 2024, define também sete indicadores-chave nacionais e metas a serem atingidas para melhorar o desenvolvimento do País, como a redução da emissão de gases de efeito estufa e da taxa de extrema pobreza.

Esta é a primeira vez que movimentos e organizações da sociedade civil participam diretamente da definição do PPA. No total, foram recebidos mais de 1,5 milhão de votos e 8.254 propostas.

Os programas mais votados foram incluídos como prioridades no plano. O governo Lula já havia anunciado que um conjunto de ações, batizado como Plano de Transição Ecológica e coordenado pelo Ministério da Fazenda, estará no topo da agenda do Executivo.

O PPA foi reestruturado pela equipe da ministra Simone Tebet com a intenção de restaurar o planejamento de médio prazo no País, que foi praticamente abandonado com os seguidos reveses na economia - como os déficits nas contas públicas, o baixo crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) e também os impactos da covid-19.

À frente do PPA, a secretária nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento, Leany Lemos, destaca que o plano virou uma peça muito "acessória, de prateleira, por não ter realismo fiscal".

"Queremos fazer uma governança forte de acompanhamento de metas. Não tem um centavo no Orçamento se não estiver no PPA", afirma.

A secretária reconheceu que o resultado da votação, que elegeu como prioritário o programa de enfrentamento da emergência climática, surpreendeu.

Leany diz que o movimento ambiental se organizou e até mesmo a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, pediu votos nas suas redes sociais.

Valores

R\$ 13,3 tri é a soma de investimentos até 2027 com os 88 programas incluídos no plano

8.254 foi o total de propostas ao plano apresentadas por entidades da sociedade civil

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Trusts terão regulamentação pela primeira vez no País

Usado pelos mais ricos para proteger o patrimônio e reduzir a incidência de **impostos** sobre os seus investimentos, o chamado "trust" é um dos alvos do projeto de lei que tributa as aplicações financeiras no exterior, feitas por meio de empresas e fundos conhecidos como offshores. Muitas dessas alocações são feitas em paraísos fiscais, que têm baixa ou nenhuma tributação.

Se o projeto for aprovado, será a primeira vez que a legislação brasileira vai regular esse instrumento financeiro. Pelo mecanismo do "trust", uma pessoa faz a transferência do seu patrimônio a um terceiro, o curador, que administra os bens.

Daniel Loria, diretor do programa de **reforma tributária**, diz que projeto irá regulamentar esse instrumento com regras simples, que cobra transparência.

"A pessoa declara o que está embaixo (os ativos) do trust. Se tiver um fundo offshore, declara o fundo. Se for uma aplicação financeira, declara a aplicação, e assim sucessivamente."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fazenda inclui regras de correção cambial na tributação de offshores

BIANCA LIMA ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

Com o objetivo de facilitar a aprovação no Congresso, o Ministério da Fazenda fez alguns ajustes no projeto de lei (PL) que aperta a tributação sobre os fundos offshores (aplicações financeiras feitas no exterior).

As mudanças beneficiam os investidores que aportam dinheiro nesses produtos - voltados aos mais ricos.

Duas das três alterações se referem às regras sobre variação cambial, questão que foi levantada recentemente pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Um dos artigos da nova versão do PL, que foi enviado ao Congresso na segunda-feira, por exemplo, passou a permitir a compensação de perdas e ganhos decorrentes da variação cambial, ou seja, da valorização ou depreciação da moeda na qual estão os investimentos em relação ao real - seja dólar, euro ou outras moedas.

Ou seja, se o investidor tiver ganho cambial em uma aplicação e perda em outra, essa diferença poderá ser compensada no momento da tributação, fazendo com que o imposto devido seja menor. "Isso nunca foi permitido e vai melhorar as regras para as pessoas físicas que aplicam no exterior", disse ao Estadão o diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária**, Daniel Loria.

Ele lembra, porém, que isso está sendo feito dentro de uma mudança maior, de aumento da taxa de investimento e busca por isonomia tributária: "A gente não quer que os lucros das offshores fiquem represados, praticamente escondidos, por décadas e mais décadas, sem pagar imposto no Brasil".

COMPENSAÇÃO. A segunda alteração isenta de **impostos** eventuais ganhos cambiais que possam ocorrer entre o momento da tributação do lucro da offshore e a efetiva distribuição desse lucro aos cotistas - como os dividendos, por exemplo, cuja data da distribuição é definida pelas empresas.

"Vamos imaginar que eu tribute o lucro da minha offshore em 2023, com dólar a R\$ 5, e distribua esse lucro em 2024, com o dólar a R\$ 6. Nós estamos prevendo a isenção para essa variação cambial",

exemplifica Loria.

Em linhas gerais, o PL enviado pela Fazenda ao Congresso propõe a tributação anual dos rendimentos de aplicações fora do País, com alíquotas progressivas que vão de 0% a 22,5%. Hoje, os valores investidos lá fora, boa parte deles em paraísos fiscais, são tributados apenas quando resgatados e remetidos de volta ao Brasil. De acordo com a Fazenda, os brasileiros (pessoas físicas) têm mais de R\$ 1 trilhão em recursos alocados no exterior.

REGRA MELHOR. Joanna Rezende, sócia do escritório Velloza Advogados, avalia que o aumento de tributação sobre as aplicações fora do País será relevante.

"A alíquota máxima, de 22,5%, que hoje incide sobre ganhos de capital superiores a R\$ 30 milhões anuais, passará a ser aplicada sobre rendimentos acima de R\$ 50 mil", diz.

A tributarista vê com bons olhos a possibilidade de compensação cambial, também inserida na última versão do PL.

"É uma melhoria da regra, um avanço." E explica: "Caso seja aprovada, o investidor passará a reportar, na declaração anual do Imposto de Renda, o ganho líquido dos investimentos, já descontadas as perdas".

O terceiro ajuste feito no PL pela Fazenda para atender aos pleitos do setor privado permite que os detentores de aplicações offshore tenham a opção de declarar os ativos do fundo diretamente na pessoa física, no momento do ajuste anual do Imposto de Renda.

"Havia a preocupação de o investidor valorizar os ativos na contabilidade, a valor justo, e o governo tributar o lucro de valor justo e não o lucro efetivo.

Então isso está sendo contornado com essa solução, que é a pessoa física inserir (os ativos) na sua declaração, atraindo o regime de caixa, que só tributa na venda", explicou Loria, que considera que as mudanças inseridas no projeto de lei atendem aos principais pontos questionados por investidores e parlamentares.

Como vai funcionar

Alíquota

O projeto de lei enviado pelo governo prevê tributação anual de rendimentos de capital aplicado no exterior, os chamados fundos offshore, com alíquotas progressivas de 0% a 22,5%. Atualmente, o capital investido no exterior é tributado apenas quando resgatado e remetido ao Brasil

Forma de cobrança

Introduz o conceito de tributação dos chamados "trusts", algo não tratado na legislação brasileira, mas usado por investidores.

Essa modalidade refere-se a uma relação jurídica em que o dono do patrimônio passa os seus bens para uma terceira pessoa administrar.

Na prática, é uma medida de planejamento patrimonial, que reduz o pagamento de **tributos** e também favorece a distribuição de herança em vida

Atualização antecipada

Prevê a possibilidade de o contribuinte atualizar o valor de seus bens e direitos no exterior para o valor de mercado em 31 de dezembro de 2023 e tributar o ganho de capital pela alíquota de 10%, em lugar dos 15% previstos na legislação vigente

Previsão de arrecadação E m torno de R\$ 7,05 bilhões em 2024, próximo a R\$ 6,75 bilhões em 2025 e R\$ 7,13 bilhões para 2026

Valores aplicados

Mais de R\$ 1 trilhão (equivalente a mais de US\$ 200 bilhões) em ativos pertencentes a pessoas físicas está posicionado no exterior

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Déficit de R\$ 35,9 bi em julho é o 2º pior em 26 anos

I FERNANDA TRISOTTO e THAÍS BARCELLOS/BRASÍLIA

As contas do governo central (que consideram o Tesouro Nacional, a **Previdência Social** e o Banco Central) registraram déficit de R\$ 35,933 bilhões em julho, o segundo pior para o mês da série histórica, iniciada em 1997 - só fica atrás dos R\$ 109,64 bilhões de julho de 2020, auge da pandemia de covid-19.

Em julho, as receitas tiveram queda real de 6,9% em relação a igual mês do ano passado.

No acumulado do ano, houve baixa de 5,3%. No mês, as despesas cresceram 31,3%, descontada a **inflação**.

O resultado no acumulado do ano chegou a um déficit de R\$ 78,246 bilhões, o maior em termos reais desde 2021. A meta fiscal para este ano admite déficit de até R\$ 238,2 bilhões.

No último relatório de avaliação de receitas e despesas, de julho, o Ministério do Planejamento estimou resultado deficitário de R\$ 145,4 bilhões nas contas deste ano, ou 1,4% do **PIB**. O Ministério da Fazenda reitera que o governo ainda mira déficit de 1% do **PIB** em 2023.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Senado aprova "voto de qualidade" no Carf; regra pode arrecadar R\$ 54 bi

GABRIEL HIRABAHASI BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem, por 34 votos favoráveis a 27 contrários, o projeto de lei do **Carf**. A proposta retoma o "voto de qualidade" da **União** dentro do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** da **Receita Federal**, que julga reclamações de contribuintes.

O texto aprovado altera a legislação atual, que passou a vigorar em 2020 e dá vantagem ao contribuinte em caso de empate no colegiado.

Para passar sem modificações, a proposta teve a ajuda do Progressistas e do Republicanos, prestes a serem contemplados com ministérios no governo.

Os partidos retiraram, de última hora, os destaques ao projeto, que agora será encaminhado à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O proposta é um dos ativos do Ministério da Fazenda para tentar reduzir o déficit fiscal e tentar zerá-lo no próximo ano. O governo calcula que a medida pode gerar uma receita de R\$ 54,7 bilhões anuais. A proposta foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na semana passada. O relatório do senador Otto Alencar (PSD-BA) não tinha mudanças significativas em relação ao texto aprovado na Câmara.

"Não é verdade que tudo foi desempatado a favor (da União). E vou repetir: a concentração já mostra que megaempresas poderosas é que acabam sempre recorrendo ao **Carf**", disse o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), ao defender a proposta.

O senador Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição no Senado, criticou a proposta pelo fato de representar uma forma de o governo aumentar a arrecadação e tentar zerar o déficit público.

"O governo aumenta de forma irresponsável os gastos públicos e busca resolver o seu problema com receitas não recorrentes, receitas que não vão se repetir no ano subsequente, uma vez que nós estamos falando de um estoque, e esse estoque vai se exaurir", afirmou.

APOIO. PP e Republicanos, partidos que estão prestes a entrar no governo Lula, retiraram os dois destaques ao projeto e viabilizaram a aprovação final do texto sem nenhuma modificação. Falando em nome do Republicanos, o atual senador e ex-vice-presidente de Jair Bolsonaro, Hamilton Mourão, decidiu retirar o destaque que derrubava a diretriz principal da proposta, a retomada do voto de qualidade.

"O senador Mecias de Jesus (líder do Republicanos e autor do destaque) considera que o resultado deve ser favorável ao devedor no caso de empate em julgamento do **Carf**. Foi exatamente o contrário ao que foi vencido aqui. Na minha visão, apesar de o senador Messias não estar aqui, acho que perde o objetivo", disse Mourão.

O senador Esperidião Amin (PP-SC), em nome do PP, lembrou que o mesmo Congresso aprovou, no governo Bolsonaro, a regra que determinava que todos os casos empatados seriam decididos favoravelmente aos contribuintes.

"Não vou confrontar a votação, considero que o assunto do ponto de vista legislativo está encerrado", disse Amin.

"Não é verdade que tudo foi desempatado (no **Carf**) a favor (da União)" Jaques Wagner (PT-BA) Senador, ao defender volta do "voto de qualidade"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Desoneração da folha passa na Câmara com benefício a prefeituras

GIORDANNA NEVES BRASÍLIA

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 430 votos favoráveis e 17 contrários, o projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de salários para 17 setores da economia até 2027, relatado pela deputada Any Ortiz (Cidadania-RS). Em meio à pressão de prefeitos, a medida aprovada também reduz a alíquota da contribuição previdenciária para todos os municípios brasileiros até 2027.

Criada em 2011, durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) permite às empresas dos 17 setores beneficiados pagarem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20%. A União deixou de arrecadar com a medida R\$ 9,2 bilhões só no ano passado. A equipe econômica era contrária à proposta e preferia atrelar a desoneração a uma reforma ampla de renda, que deve ser debatida em 2024.

O parecer aprovado pelos deputados ainda inclui um artigo que reduz de 2% para 1% a alíquota da contribuição sobre a receita bruta para o setor de transporte rodoviário coletivo de passageiros.

O projeto também estabelece redução escalonada na contribuição previdenciária dos municípios. O percentual será de 8% para cidades entre as 20% com menor **PIB** per capita; de 10,5%, para municípios entre 20% e 40% com menor **PIB** per capita; de 13%, para municípios entre 40% e 60% com menor **PIB**; de 15,5%, para municípios entre 60% e 80% com menor **PIB**; e de 18%, para municípios entre 20% com maior **PIB**.

O impacto calculado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) é de R\$ 7,2 bilhões anuais. A medida foi baseada em um projeto de lei de 2021, apresentado pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), que estabelece a criação de um "Simples Municipal" e alíquotas progressivas de contribuição previdenciária dos municípios.

A proposta aprovada pelos deputados substitui a emenda que foi aprovada pelo Senado, que previa a redução da contribuição previdenciária, de 20% para 8%, sobre a folha de pagamento para cidades com até 142,6 mil habitantes. O impacto anual desta medida, calculado pela CNM, seria de R\$ 11 bilhões.

O líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu (PR), disse que o governo deveria ter barrado a emenda quando ainda estava em discussão no Senado. Ele disse que "não é justo" com as bancadas o Executivo rejeitar o texto quando chega à apreciação dos deputados. "A decisão é muito mais política do que técnica e de mérito."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A taxação dos super-ricos - CELSO MING

CELSO MING

A chamada "Operação Robin Hood", destinada a tributar mais pesadamente os super-ricos, tem certo apelo popular.

O governo tomou a iniciativa de baixar a Medida Provisória 1.184/23 destinada a dar novo tratamento tributário para os fundos exclusivos, os que envolvem uma única ou poucas pessoas, e enviou também ao Congresso o Projeto de Lei 4.173/23 que altera a sistemática de tributação dos investimentos mantidos no exterior (offshore). O patrimônio acumulado dos fundos exclusivos chega a R\$ 756,8 bilhões e o das aplicações pertencentes a pessoas físicas posicionadas no exterior, a R\$ 1 trilhão.

Não é verdade que essas aplicações não pagam imposto. Pagam, sim, mas na prática pagam muito menos do que as aplicações comuns, porque só pagam no resgate.

O objetivo do governo é antecipar a cobrança do Imposto de Renda. Hoje, tanto os fundos exclusivos como os fundos off shore recolhem o imposto apenas na distribuição do rendimento, e não ao longo de sua geração.

Como observa a especialista em direito tributário Elisabeth Libertuci, a aplicação do princípio da tributação na geração do rendimento vai na contramão do que pretende o governo na tributação dos dividendos, que deverá incidir na distribuição.

Há alguns anos, era muito difícil para a **Receita Federal** controlar as aplicações offshore em paraísos fiscais. Mas essa dificuldade ficou para trás desde 2010, quando o governo dos Estados Unidos aprovou o Foreign Account Tax Compliance Act (Fatca), lei que obriga as instituições financeiras a apontar os investimentos no exterior.

Em seguida, os Estados Unidos lideraram movimento entre países, entre os quais o Brasil, para que assinassem o Acordo Modelo Tipo 1, que os compromete a partilhar esses dados.

Até recentemente, o Congresso do Brasil rejeitou mudanças na sistemática de taxação hoje vigente. Mas parece mais propenso agora a aprová-la.

Duas novidades foram objeto de debate entre técnicos. A primeira é a exigência de que o imposto

incida sobre o valor de mercado desses investimentos.

A segunda prevê a tributação também das variações cambiais do patrimônio investido.

Em muitos casos, como o de participações numa startup, a marcação a mercado é complicada e implica subjetividades.

O projeto de lei reconheceu essa dificuldade e deixou de fazer essa exigência a pessoas físicas. A questão que permanece é a da taxação da variação cambial em aplicações já feitas em moeda estrangeira.

Para além da pura equidade tributária, prevalece a fome arrecadatória do governo que, com as novas regras, pretende obter mais de R\$ 44 bilhões entre 2023 e 2026. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Manifesto defende reforma administrativa

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), recebeu nessa quarta-feira manifesto de 23 frentes parlamentares a favor da aprovação da reforma administrativa.

Lira voltou a defender a proposta e afirmou que o governo Lula (PT) precisa entender que o projeto é importante para as contas públicas. "[Precisamos] Fazer que o governo entenda, por bem ou por mal, assim ou assado, que ele tem que entrar nessa discussão. A gente não consegue fazer uma votação com 308 [votos] sem o consenso basilar sobre os princípios", afirmou Lira aos deputados.

A entrega ocorreu durante um almoço na Frente Parlamentar do Comércio e Serviços, presidida pelo deputado Domingos Sávio (PL-MG) e pelo senador Efraim Filho (União-PB). Entre as frentes signatárias estão a da Agropecuária (FPA), a do Brasil Competitivo e a do Empreendedorismo (FPE). Em alguns casos, um deputado preside mais de uma frente e assinou por todas - caso de Carlos Gaguim (União- TO), que assina cinco vezes.

"Com a diminuição do tamanho do Estado, cria-se um ambiente de negócios mais favorável para o crescimento econômico e a geração de emprego e renda", defende o documento.

"Quando o Estado diminui suas despesas e regulações excessivas, as empresas podem se beneficiar de um ambiente mais favorável para investimentos e expansão, levando à criação de empregos e aumento da produção", reforça.

Lira vem defendendo há meses a aprovação da reforma administrativa, com mudanças nas carreiras dos **servidores públicos**, mas a medida foi gestada no governo Bolsonaro (PL) e é criticada pelo PT. Ele afirmou que leu uma notícia de que o governo enviaria uma proposta de emenda constitucional (PEC) própria, mas não tem informações sobre isso e não pode confirmar.

No almoço, Lira argumentou que o conteúdo da PEC pode ser modificado e que quem dirá o que será aprovado é a negociação política. Voltou a defender que o texto não vai retroagir para afetar os direitos adquiridos dos atuais **servidores públicos** e que afetará apenas quem entrar a partir de agora na administração pública. A PEC, ressaltou, está aprovada na comissão especial.

"Não há encaminhamentos ainda. Regimentalmente, a PEC está pronta para plenário. A distância de ela estar pronta e ir para plenário é apoio", disse. (RDC)

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187647>

Déficit é 2º maior para julho em 26 anos

Estevão Taiar

O governo federal registrou no mês passado o segundo maior déficit primário para o mês desde 1997, em dados já corrigidos pela **inflação**. O resultado em julho foi negativo em R\$ 35,9 bilhões, menor apenas do que o de julho de 2020, o primeiro ano da pandemia, quando o resultado foi negativo R\$ 109,6 bilhões, segundo o Tesouro Nacional.

Em entrevista coletiva para comentar os números do mês passado, o subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal do Ministério da Fazenda, David Rebelo Athayde, afirmou que "tudo caminha para que tenhamos" um déficit de 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano.

No acumulado de 12 meses até julho, o resultado ficou negativo em R\$ 97 bilhões, o equivalente a 0,95% do **PIB**. Os dados levam em conta Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central (BC) e excluem despesas com a dívida pública. Os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento projetam atualmente resultado negativo de R\$ 145,4 bilhões para 2023, mas na prática trabalham com uma espécie de projeção informal de déficit de aproximadamente R\$ 100 bilhões ou 1% do **PIB**.

Na entrevista, Athayde afirmou que os resultados até julho estão "em linha" com a estimativa de déficit de 1% do **PIB**. Ele destacou que efeitos "não recorrentes" que ajudaram a impulsionar a arrecadação no ano passado não estão presentes em 2023. Alguns exemplos são a capitalização da Eletrobras, o grande volume de dividendos pagos pela Petrobras ao governo federal e os lucros elevados das empresas de commodities, principalmente do setor de petróleo.

No acumulado do ano em relação ao mesmo período de 2022, a receita líquida teve queda de 5,3%, já descontada a **inflação**.

O recuo também foi de 5,3% na comparação apenas entre julho deste ano e o mesmo período do ano passado.

Mesmo assim, o subsecretário afirmou que "dá para esperar melhora da receita" no segundo semestre de 2023, em razão de medidas já adotadas, como a reoneração de **impostos** federais sobre combustíveis e mudanças nos créditos do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

As despesas totais cresceram 8,7% na comparação com o mesmo período do ano passado. Em relação a julho, a alta foi de 31,3%.

De acordo com Athayde, os números cresceram por causa da antecipação no pagamento de precatórios. De acordo com ele, todos os precatórios que o governo federal precisava pagar neste ano já foram pagos, enquanto no passado ainda havia precatórios a serem pagos em agosto. O subsecretário ainda lembrou que o fim do ano normalmente é marcado por empoçamento de recursos nos ministérios, o que ajuda a melhorar o resultado primário da União.

Fábio Serrano, economista do BTG Pactual, afirma que "os movimentos capturados pelos dados de julho não" alteram a projeção de déficit de R\$ 94 bilhões feita pela instituição financeira.

Isso porque "a surpresa negativa no mês reflete fatores pontuais que serão compensados nos próximos meses".

O BTG Pactual calculava resultado negativo de R\$ 32,9 bilhões em julho, déficit R\$ 3 bilhões menor do que o número observado.

De acordo com Serrano, a diferença pode ser explicada pelas despesas realizadas no mês passado como forma de apoio financeiro, ligado às leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo e à "compensação pela redução" do ICMS a Estados e municípios. "O "timing" das medidas era incerto, e estávamos dividindo os gastos de forma igual entre os próximos meses do ano", diz. O economista ainda lembra período que "a desaceleração mais intensa do [resultado] primário também já era esperada".

Por sua vez, o Santander calcula déficit de R\$ 115 bilhões. Em relatório em inglês, Ítalo Franca, economista da instituição financeira, afirma que a tendência é que os resultados mensais a partir de setembro percam "força".

Esse movimento seria influenciado por um "aumento nas despesas" já programado e um "crescimento mais modesto nas receitas", beneficiado pelas medidas adotadas pelo governo federal do lado da arrecadação.

Já Rafaela Vitoria, economista- chefe do Banco Inter, deve revisar a projeção de déficit para este ano de R\$ 90 bilhões para R\$ 120 bilhões.

"Esse crescimento de despesa combinado com a redução da receita, devido à desaceleração da atividade e queda do preço das commodities, coloca ainda mais dúvida sobre a meta do governo de zerar o déficit primário em 2024", afirma.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187647>

Desafio para atingir arrecadação prevista é maior que se esperava

Lu Aiko Otta

É de R\$ 168 bilhões o tamanho do pacote tributário que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deverá encaminhar hoje ao Congresso Nacional, junto com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024 elaborado pelo Ministério do Planejamento.

Ficou maior do que o que vinha sendo ventilado até agora, algo como R\$ 130 bilhões.

O conjunto de medidas foi formatado para criar condições de zerar o déficit no ano que vem, explicou a ministra do Planejamento, Simone Tebet, em reunião na Comissão Mista de Orçamento.

Assim, aumentou o desafio para Haddad e sua equipe demonstrarem a factibilidade das medidas.

Tal como ocorreu em janeiro, quando foi lançado outro pacote de ajuste fiscal pelo lado das receitas, é de se esperar que haja muitos questionamentos sobre os resultados das medidas anunciadas.

No entanto, o pensamento da equipe econômica segue o mesmo de sempre: há compromisso com o déficit zero e medidas serão adotadas para cumpri-lo. Se não forem essas que estarão sobre a mesa, outras virão.

Boa parte desse ganho de R\$ 168 bilhões depende de medidas que passarão pelo crivo do Congresso.

A retomada do voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, aprovada há pouco no Senado, é uma delas.

A regulamentação a respeito da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) referente ao impacto de incentivos tributários estaduais na base de arrecadação federal é outra medida com a qual o governo conta para chegar à metade.

Outro bloco grande é esperado com novas rodadas de acordos entre fisco e contribuintes.

Há também um conjunto de medidas que devem enfrentar resistências no Legislativo: a cobrança do Imposto de Renda sobre fundos exclusivos e fundos offshore, o fim do mecanismo de Juros sobre o Capital

Próprio (JCP). Também se esperam resultados da regulamentação das apostas eletrônicas.

No Congresso, essas medidas são entendidas como complementos do arcabouço fiscal.

Não é de interesse do Legislativo, que aprovou a nova regra fiscal, vê-la naufragar na estreia. No entanto, são crescentes os recados do Congresso sobre a necessidade de avaliar a qualidade dos gastos e fazer, por exemplo, a reforma administrativa. Essa ideia foi defendida nesta semana pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Também o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, tem alertado que o mercado se tornou mais exigente com a política fiscal no mundo inteiro.

Assim, é preciso melhorar o dever de casa. Fazendo, por exemplo, a reforma administrativa.

Outro recado de Campos Neto vai na direção das medidas propostas por Haddad. Ele tem dito que algumas medidas corroem a base tributária, ou seja, o imposto é cobrado e diminui a própria base de arrecadação.

Na direção oposta dos que defendem olhar também para o lado dos gastos, a ala política do governo acha que a solução é não zerar o déficit, e sim acomodar um saldo negativo nas contas públicas, algo como 0,5% e 0,75% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Os dados do PLOA e o pacote de arrecadação têm pela frente um grande desafio de conquistar credibilidade. A pressão por medidas pelo lado das despesas vai crescer. Na mesma proporção, aumentará o descontentamento da ala política do governo.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187647>

Brasil cria 142 mil empregos com carteira em julho

RENAN MONTEIRO

A economia brasileira gerou 142.702 postos de trabalho com carteira assinada em julho de 2023, uma queda de 36,58% em relação ao mesmo mês do ano passado, quando foram criadas 225.016 vagas. Os dados constam do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), atualizado ontem pelo Ministério do Trabalho.

Na prática, o número representa o saldo líquido (contratações menos demissões) de empregos formais.

Nos sete primeiros meses deste ano, foram abertas 1,16 milhão de vagas com carteira, um recuo de 27,7% na comparação com o mesmo período de 2022.

Em julho, os cinco grandes grupamentos de atividades registraram saldo positivo.

Em serviços, foram gerados 56.303 postos formais; no comércio, 26.744; na construção, 25.423; na indústria, 21.254; e na agropecuária, 12.978.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, voltou a afirmar que o governo trabalha com a projeção de dois milhões de novos postos com carteira até o fim do ano.

-Os juros altos ainda atrapalham o encadeamento da economia, mas, em compensação, com o conjunto de anúncios do governo, como a retomada de obras paradas, o Minha Casa, Minha Vida e o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), você aponta cenários positivos para a economia brasileira - afirmou Marinho, em coletiva ontem.

O governo também informou que o salário médio dos novos contratados foi de R\$ 2.032,56 em julho deste ano, o que representa uma leve alta em relação a junho (R\$ 2.013,23). O aumento na comparação a julho de 2022 foi de R\$ 38,06, quando o salário médio estava em R\$ 1.994,50. Os números são corrigidos pela **inflação**.

DESACELERAÇÃO A economista Camila Abdelmalack, da Veedha Investimentos, observa que, ao longo dos últimos meses, o saldo de empregos formais vem caindo na comparação com 2022: -

Houve uma surpresa positiva no **PIB** do primeiro trimestre no setor agropecuário, mas o fato é que a gente observa setores relevantes, como serviços, em desaceleração.

Rafaela Vitória, economista- chefe do Inter, também vê uma tendência de desaceleração, apesar do "número ainda robusto" para o mês de julho: - O emprego ainda robusto deve impedir uma queda maior do consumo e contribuir para o alívio na inadimplência, apesar da redução no crédito e do impacto defasado da política monetária restritiva.

Embora o ciclo de queda da taxa básica de juros tenha começado este mês, com corte de 0,5 ponto percentual, a economia continuará sentindo os efeitos passados da política monetária, quando a Selic ficou estacionada em 13,75% por um ano.

-Os indicadores recentes mostram que a economia está resiliente (apesar dos juros).

A tendência é positiva para o nível de crescimento, e esta semana vamos ter a confirmação, ou não, dessa tendência, com o resultado **PIB** (Produto Interno Bruto) que vai sair (amanhã) - analisa Cristiane Quartaroli, economista do Banco Ourinvest.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Orçamento terá R\$ 168 bilhões em receitas extras

MANOEL VENTURA

O governo apresenta hoje a proposta de Orçamento de 2024 ancorado em R\$ 168 bilhões de receitas extras para zerar o déficit público no próximo ano e atingir a meta prometida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Para chegar nesse alvo, será preciso aprovar no Congresso e garantir a eficácia de mais de uma dezena de medidas de aumento de arrecadação. Ontem, questionada se a meta será mantida mesmo se essa receita não for aprovada, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que o futuro a Deus pertence.

A proposta orçamentária vai considerar medidas em tramitação, não apenas as aprovadas. Elas foram divididas em três eixos e grande parte já vinha sendo antecipada pelo governo. Um dos tópicos está sendo chamado de "nova relação com o Fisco" e inclui medidas novas para ampliar o que os técnicos chamam de transação tributária. É uma forma de governo e contribuinte negociarem os débitos, com descontos.

Para os débitos que já estão inscritos na dívida ativa, haverá negociação por meio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para grandes temas tributários em discussão no Judiciário, com o qual se espera levantar R\$ 12 bilhões no ano que vem. Débitos não inscritos serão negociados no âmbito da **Receita Federal** para arrecadar R\$ 30 bilhões.

Trata-se de receita não recorrente e cujo potencial vai depender da adesão voluntária dos contribuintes.

Num bloco chamado de "isonomia tributária", o governo vai consolidar medidas já divulgadas, como a tributação dos fundos exclusivos (fechados para alta renda) e offshore (no exterior de residentes no Brasil). Vai ser publicado ainda um projeto acabando com os benefícios tributários do Juro sobre Capital Próprio (JCP), uma forma de distribuir lucro aos acionistas.

O governo, porém, já admite negociar quais setores poderiam ficar de fora dessa medida, como bancos. Essas medidas somariam R\$ 30,25 bilhões, mas devem ser desidratadas pelo Congresso.

"O IMPONDERÁVEL" Também há o que a Fazenda chama de "recomposição da base fiscal e correção de distorções", composto pelo projeto de lei do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** (leia mais abaixo). Uma medida provisória vai buscar antecipar os efeitos da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que permitiu a cobrança de **impostos** federais sobre benefícios do ICMS, estadual.

Juntas, somam R\$ 92 bilhões, número considerado alto inclusive por técnicos de carreira da Fazenda.

-O que aconteceu hoje é muito importante para a Fazenda porque, de certa maneira, restitui à **Receita Federal** o poder que toda **Receita Federal** do mundo tem para exercer a função que lhe cabe, que é garantir a base fiscal do Estado brasileiro - comentou ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Ontem, perguntada se o governo manteria o déficit zero mesmo se o conjunto de medidas não fosse aprovado pelo Congresso, Tebet respondeu: -O futuro a Deus pertence, nós não sabemos diante do imponderável. Mas tem que ser algo imponderável. Nós acabamos de passar por uma pandemia que ninguém imaginava.

Nós não sabemos como vai estar o enfraquecimento, a desaceleração do crescimento global ou não.

Variáveis são sempre colocadas na mesa, mas nós não estamos rediscutindo meta fiscal neste momento.

Em audiência no Congresso, ela também antecipou detalhes do Orçamento que será proposto hoje. Disse que prevê R\$ 129 bilhões a mais em gastos totais, na comparação com este ano, considerando o novo arcabouço fiscal e que permite o crescimento das despesas acima da **inflação**. Dessa forma, o limite total de gastos do governo sobe para R\$ 2,093 trilhões. Ou seja, as receitas totais do governo somarão esse valor para o déficit zero.

Um dado divulgado ontem, porém, mostra a dificuldade de se equilibrar as contas. O governo fechou o mês de julho com déficit de R\$ 35,9 bilhões.

O resultado é o segundo pior para o mês de toda a série histórica, iniciada em 1997.

O dado do mês passado só é melhor que o resultado de julho de 2020, quando o rombo somou R\$ 109,6 bilhões por conta de gastos relacionados à pandemia de Covid 19. O buraco nas contas públicas em julho foi resultado de uma queda real de 5,3% da receita do governo e um aumento real de 31,3% das despesas totais.

(Colaborou Eliane Oliveira)

*

Confira as principais medidas previstas para aumentar a arrecadação

Nova relação com o Fisco

Governo vai propor novas modalidades de negociação tributária entre contribuintes e o Fisco, com condições mais atraentes e possibilidade de desconto.

I PGFN

Haverá uma rodada de negociações para grandes teses da PGFN. Previsão de arrecadação: R\$ 12 bilhões

I Receita Federal

Será proposto novo instrumento de transação na Receita. Previsão de arrecadação: R\$ 30 bilhões

Recomposição da base fiscal

I Carf

Projeto aprovado ontem no Senado e que vai à sanção devolve ao governo o voto de Minerva em caso de empate no tribunal da Receita. Arrecadação prevista: R\$ 54,7 bilhões

I Subvenção do ICMS

Decisão do STJ permite ao governo cobrar IRPJ e CSLL sobre incentivos dados pelos estados via ICMS a empresas quando forem para custeio, e não para investimento. Medida provisória vai tratar do tema, abrindo espaço para empresas se regularizarem. Previsão de arrecadação: R\$ 37,3 bilhões

Isonomia tributária

I Fundos exclusivos

Medida provisória muda a dinâmica de taxação, com a cobrança do come-cotas, duas vezes por ano, tal como é feito nos outros fundos de investimento. Contribuinte pode pagar rendimentos acumulados com

alíquota de 10%, em parcelas. Previsão de arrecadação: R\$ 13,2 bilhões

I "Offshore"

Projeto de lei prevê taxar fundos offshore (investimentos no exterior, geralmente em paraísos fiscais) Previsão de arrecadação: R\$ 7,05 bilhões

I JCP

Governo pretende mudar a sistemática do Juro sobre Capital Próprio (JCP) em projeto de lei. Arrecadação prevista: R\$ 10 bilhões

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Desoneração aprovada

VICTORIA ABEL

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia até 2027. A proposta foi aprovada com 430 votos a favor e 17 contrários.

O texto votado veio do Senado e teve alterações. Agora, o projeto retorna para análise final dos senadores.

Deputados incluíram no texto a redução da contribuição previdenciária aos mais de 5.500 municípios no país, com alíquotas de 8% a 18%.

A desoneração da folha de pagamento permite que os setores que mais empregam paguem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários. Entre eles: têxtil, calçados, construção civil, call center, comunicação, empresas de construção civil, fabricação de veículos, tecnologia e transportes.

POTENCIAL DE CRIAR VAGAS Segundo dados do Ministério do Trabalho, a desoneração melhorou o cenário de empregabilidade no país.

Entre 2018 e 2022, o número de postos formais gerados nos setores beneficiados pela medida aumentou 15,5%.

Já nos segmentos sem desoneração, a alta foi de apenas 6,8%. Sem a desoneração, as empresas teriam deixado de gerar, juntas, até 1,6 milhão de empregos com carteira assinada.

-O objetivo, mais uma vez, desse projeto, que é muito importante para o país, é a manutenção do emprego. É manter a desoneração da folha pelos próximos anos, não só para os trabalhadores dos setores, mas para toda a sociedade.

Se não avançarmos neste tema, se não garantirmos a prorrogação, o impacto não será só no desemprego, mas também no aumento do transporte, de produtos, serviços, e um impacto de forma geral - defendeu a relatora da proposta no Senado, Any Ortiz (Cidadania-RS).

A relatora afirmou também que a desoneração tem potencial de gerar 1,6 milhão de postos de trabalho.

A deputada conta com a colaboração do Senado para

que a aprovação final seja rápida e o texto siga o quanto antes para a sanção.

- Conversei com o senador Efraim Filho (União- PB) sobre (o retorno do projeto).

Acreditamos que o Senado tenha um ambiente favorável.

É importantíssimo que os setores tenham previsibilidade - afirmou Any.

A desoneração dos 17 setores foi defendida pela advogada tributarista Iasmin Gonçalves: - Entendo que o projeto da desoneração da folha é muito relevante para o setor produtivo, tendo em vista que o Brasil possui um sistema tributário muito complexo, o qual resulta em cerca de 75% de arrecadação do **PIB**. Entendo que é uma medida necessária para contribuir com o aumento da economia, com a competitividade nacional e internacional - ressalta.

A presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra), Vivien Mello Suruagy, disse que a prorrogação de desoneração será importante para que as empresas possam manter investimentos, no momento em que o país precisa acelerar a transição para a tecnologia do 5G.

-São 17 setores estratégicos, com geração de vagas comprovada. Dará mais previsibilidade para investimentos e geração de empregos nos próximos anos, em momento de instalação e conectividade do 5G. Os senadores também estão preocupados, acreditamos em votação rápida no Senado - afirmou.

A Câmara modificou dois trechos da proposta que veio do Senado.

CRITÉRIO DE PIB PER CAPITA Em um deles, a alíquota para transportes rodoviários coletivos ficou fixada em 1% da receita bruta. Antes esse valor era de 2%. A mudança incomodou o líder do governo, José Guimarães (PT-CE), que disse que essa redução não havia sido combinada.

-Eu costumo prezar pelos acordos que fazemos para votar as matérias. Causou espécie, porque não tínhamos combinado, que haja uma mudança do ponto de vista da alíquota para o setor de transporte, a redução de 2% para 1%. Nós não tínhamos

combinado isso - disse Guimarães.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Em outro ponto, foi modificado o critério para seleção de municípios que terão redução de alíquota previdenciária.

No texto do Senado, a diminuição de 20% para 8% ocorreria para municípios com menos de 142 mil habitantes.

Os deputados resolveram incluir todos os municípios neste desconto, uma proposta do líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA). Mas a redução vai ocorrer de forma escalonada, com cinco categorias de alíquotas que vão de 8% a 18%, conforme o **PIB** per capita de cada cidade.

Municípios que estão entre os 20% com menor **PIB** per capita pagarão 8% de contribuição. As outras categorias preveem alíquota de 10,5%, 13%, 15,5% e 18%, em uma escala que leva em conta o **PIB** per capita de cada cidade.

HADDAD CRITICA ALTERAÇÃO O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que existe um parecer da Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN) que alerta para a inconstitucionalidade da medida, com base na Reforma da Previdência, que veda a criação de despesas permanentes ou benefícios sem a fonte de receita.

- Tem um parecer da PGFN que é vinculante e tem a ver com a Reforma da Previdência - afirmou.

O advogado tributarista Renan Souza, do escritório Barbosa Müssnich e Aragão Advogados, lembra que o ideal seria a proposta apresentar outras fontes de receita para compensar a perda de arrecadação com os municípios, o que não foi feito.

-A preocupação reside na determinação contida no artigo 201 da Constituição, de preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Geral de **Previdência Social**, sendo necessário demonstrar que a redução na arrecadação será compensada com outras fontes de receita.

De acordo com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o impacto da redução na alíquota previdenciária pode chegar a R\$ 7,2 bilhões

"O objetivo, mais uma vez, desse projeto, que é muito importante para o país, é a manutenção do emprego. É manter a desoneração da folha pelos próximos anos, não só para os trabalhadores dos setores, mas para toda a sociedade" Any Ortiz (Cidadania-RS), relatora do projeto na Câmara